

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX.**

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade n. XXXXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX ou XXXXXX ou XXXXXXXX vem por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, Núcleo de XXXXXX, com fundamento na legislação vigente, requerer a expedição de

**ALVARÁ JUDICIAL**

visando a realização do seu casamento **no regime de comunhão parcial de bens** com a Srª **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, absolutamente incapaz no qual a requerente é sua curadora, conforme faz prova da curatela em anexo, residente e domiciliado no mesmo endereço do Requerente, XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas:

**DOS FATOS E DO DIREITO**

A Requerente convive em união estável juntamente com a Srª **Fulano de tal** desde XX de XXXXX de XXX, quando este já era interditado

tendo como curadora sua mãe Fulana de tal que posteriormente transferiu a curatela para requerente, **conforme demonstrado na sua cópia da curatela ora juntada.**

Desde a data supracitada, a Requerente e a Sr<sup>o</sup> **Fulano de tal** convivem na mais perfeita união física e espiritual, sendo uma família em todos os sentidos, quer seja perante a sociedade, órgãos e entidades, restando tão somente oficializar esta união fática por meio da celebração do casamento.

Ainda, convém mencionar que da união do casal não tiveram filhos, bem como, ambos não adquiriam nenhum bem, pois a requerente já se encontrava estabilizada **possuindo o seguinte bem particular:**

Um imóvel situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, avaliado em torno de R\$ XXXXXX;

Cabe se destacar que a família do **Fulano de tal** tem plena consciência de que o mesmo vive a união estável com a requerente e que não tem nenhuma objeção.

Assim, e considerando-se que **Fulano de tal é interditado**, necessário se faz a devida autorização judicial para que as partes possam contrair o matrimônio, no regime de comunhão parcial de bens, sendo o pleito da Requerente amparo em decisões judiciais, das quais se destaca:

*CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL. **ALVARÁ JUDICIAL. SUPRESSÃO DE CONSENTIMENTO. CASAMENTO. INCAPAZ. REPRESENTADO POR CURADOR. LEGALIDADE. PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.** I - O CASAMENTO CONSTITUI NA UNIÃO LEGAL, FORMAL E SOLENE, ENTRE HOMEM E MULHER, COM O PROPÓSITO DE CONSTITUIR FAMÍLIA, A PARTIR DA COMUNHÃO PLENA DE VIDA, E COM BASE NA IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES DOS CÔNJUGES. II - ESTANDO O INTERESSADO INCAPAZ DEVIDAMENTE REPRESENTADO POR CURADOR LEGAL, **NÃO HÁ RAZÕES PARA SE INDEFERIR PEDIDO DE***

**SUPRESSÃO DE CONSENTIMENTO PARA CASAMENTO, MORMENTE SE JÁ CONVIVE MARITALMENTE COM A INTERESSADA POR APROXIMADAMENTE CINCO ANOS, POSSUINDO PROLE EM COMUM, ATÉ PORQUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL IMPÕEM A FACILITAÇÃO DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO. ALÉM DISSO, ENTENDIMENTO CONTRÁRIO PODERIA IMPLICAR EM VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA E DE INVIOABILIDADE DA HONRA DAS PESSOAS, BEM COMO DOS FUNDAMENTOS REPUBLICANOS DA CIDADANIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.** III - DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.(TJ-DF - APL: 237941420108070007 DF 0023794-14.2010.807.0007, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 23/03/2011, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 31/03/2011, DJ-e Pág. 288)

## **DOS PEDIDOS**

### **Ante o exposto, requer-se:**

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) a intervenção do Ministério Público;
- c) a nomeação de Curador Especial para a defesa no feito dos interesses de **Fulano de tal**;
- d) seja julgado procedente o pedido, expedindo-se **ALVARÁ JUDICIAL**, em nome da requerente **Fulano de tal** para permitir que este possa contrair casamento, **sob o regime de comunhão parcial de bens**, com a Srª **Fulano de tal**, expedindo-se o respectivo mandado ao cartório competente para a celebração do casamento civil;

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental, oitiva de testemunhas,

tomada do depoimento pessoal da Requerente e do Sr <sup>o</sup> **Fulano de tal.**

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX.

Nesses termos,

Pede deferimento.

XXXXXXX,      XX/XX/XXXX XX:XX:XX

**Fulana de tal**

**Fulana de tal**  
**CEAJUR - XXX**

**Fulana de tal**  
**Defensor Público**

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1- Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone(XX) XXXXX.
- 2- Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX.
- 3- Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX.